

DILEMAS DE CLIO:

O ensino de História na contemporaneidade

Iraildes Pereira e Silva¹

Artigo recebido em: 23/08/2021

Artigo aceito em: 28/03/2022

RESUMO:

Este estudo tem por objetivo problematizar acerca do ensino de história na contemporaneidade, os desafios que esse ensino enfrenta em meio a uma sociedade onde o negacionismo e o advento do movimento “escola sem partido” vêm criticando especialmente os professores e sua prática. Partimos de alguns questionamentos para refletir sobre o papel do ensino de história na era contemporânea, tais como: qual é a importância de se estudar história na atualidade e qual o papel do professor de história nesse momento de questionamento da disciplina. Metodologicamente a pesquisa se baseou na revisão bibliográfica dos seguintes autores: Circe Bittencourt (2008), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), Fernando Penna (2017) e Thaís Nívia Fonseca (2011), que tratam do ensino de História na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Contemporaneidade; Negacionismo.

Clio Dilemmas:

The teaching of History in contemporary times

ABSTRACT: This study aims to problematize about the teaching of history in contemporary times, the challenges that this teaching faces in a society where denialism and the advent of the "school without party" movement have been criticizing teachers and their practice. We start from some questions to reflect on the role of history teaching in the contemporary era, such as: what is the importance of studying history today and what is the role of the history teacher in this moment of questioning the discipline. Methodologically, the research was based on the literature review of the following authors: Circe Bittencourt (2008), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), Fernando Penna (2017) and Thaís Nívia Fonseca (2011), who deal with the teaching of History in contemporary times.

KEYWORDS: History Teaching; Contemporaneity; Denialism.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (2007). Especialista em Patrimônio Cultural (2014). Mestranda do Curso de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira em Parnaíba. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6036247557612813>. E-mail: ildes23@hotmail.com.

1. Introdução

Ensinar tem passado por várias ressignificações ao longo do tempo. Por muitos anos pensou-se que o ato de ensinar era simplesmente transmitir conhecimento a alguém que estava vazio dele. Com o passar do tempo percebeu-se que a tarefa de ensinar requer uma atenção tanto àquele que ensina (no caso o professor, mestre, educador etc.) como ao aprendiz (aluno, estudante). Ensinar a disciplina de História é um ato que por sinal também passa por mudanças. Aquela concepção de História como matéria decorativa, no sentido de se decorar, ou memorizar os principais fatos históricos, está caindo em desuso. Hoje o professor de História se interessa em promover a criticidade em seus alunos e chamar a atenção para um aspecto do conhecimento histórico que é a consciência histórica, tida como a reflexão sobre o papel que nós, como sujeitos históricos, ocupamos na História.

O presente estudo tem por objetivo problematizar alguns questionamentos acerca do ensino de história na era da contemporaneidade, pois este ensino passa por desafios, tanto em sua prática como no conteúdo da disciplina. Portanto, partiremos de algumas perguntas para exemplificar esses desafios e tentar propor possíveis respostas para eles. Um destes questionamentos propostos é qual seria a importância de se estudar história atualmente, ou qual é o papel dos estudos históricos na sala de aula. E, por último questionar se, afinal, o professor de história não passa de um doutrinador. Ao analisar tais questões, levou-se em consideração a política recente no Brasil e sua influência na educação. Para dialogar com esses desafios em formas de questionamentos tomou-se como base os textos de Circe Bittencourt (2008), Durval Muniz de Albuquerque (2011), Fernando Penna (2017) e Thaís Nívia Fonseca (2011), que tratam de assuntos do ensino de História na contemporaneidade.

Pela leitura de trechos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) citados na epígrafe deste estudo, pode-se perceber um direcionamento para os estudos históricos, voltados para uma reflexão da sociedade, respeito às diferenças e ao questionamento da realidade. Ou seja, o

reconhecimento da necessidade do conhecimento e da informação sobre a História deve estar no centro das discussões sobre ensino, portanto, “conceber a história como uma *leitura*, e não como recuperação de uma suposta verdade do passado [...]” (STEPHANOU, 1998, p. 3) e conseqüentemente não encarar a História como a detentora da verdade sobre o passado, porém respeitar a disciplina em sua metodologia e estudo desse passado.

2. Da História Sagrada à História Profana

Ensinar a disciplina de História no Brasil por vezes não é das tarefas mais fáceis. Quando da Proclamação da República, ainda era incerto o caminho que a disciplina enveredaria em relação a conteúdos e metodologias. No início do século XX ainda existia a correlação entre a História Sagrada² e a História Profana³, a primeira ainda com maior prestígio em relação a última. Porém, a História que valorizava a Pátria começava a ganhar mais espaço. Esse patriotismo ficou mais latente após a criação, no ano de 1930, do Ministério da Educação. O ensino de História nessa época era caracterizado pela “sedimentação do culto aos heróis da Pátria, consolidando Tiradentes como ‘herói nacional’ e os festejos também nacionais do 7 de setembro” (BITTENCOURT, 2008, p. 67). Ou seja, quando do nascimento do Brasil como uma República, houve uma necessidade de se buscar uma identidade para essa nova configuração política nacional. Identidade que valorizasse grandes “heróis” nacionais, especialmente aqueles ligados à causa do fim da Monarquia no Brasil.

Outro aspecto importante e relacionado a esse momento do início do século XX sobre o ensino de História no Brasil era o processo de memorização, pelo qual o aluno era obrigado a decorar nomes, datas, e posteriormente ser sabatinado sobre esse aprendizado. Bittencourt aponta, em seu livro *Ensino de História: fundamentos e*

² Estudo da vida dos santos e da sagrada família; biografia da trajetória dos principais santos da Igreja Católica. Esse ensino deu um direcionamento de como seria o estudo dos “grandes” personagens da História Profana no final do século XVIII, a saber, estudo da vida e das principais realizações desses grandes homens da História.

³ Análise dos grandes personagens da História, em uma visão positivista, em que esses personagens fizeram grandes e importantes feitos que influenciaram toda a sociedade.

métodos, que esse processo de memorização, tão enraizado e problemático em relação ao ensino de História, é fruto de uma sociedade da oralidade que se formou no Brasil com a chegada dos portugueses e o encontro (e desencontro) com os indígenas que aqui já habitavam. Era comum a repetição de histórias, de sermões na igreja, haja visto que grande parcela da população brasileira do final do século XIX e início do XX era analfabeta. A escola, enfatiza Bittencourt, apenas incorporou essa repetição e memorização do cotidiano da sociedade que se formou no Brasil mesmo antes do advento da República.

A sociedade brasileira tem-se caracterizado pela tradição da comunicação oral. A cultura oral era a base da comunicação de todo o período em que a escolarização e a cultura letrada constituíam privilégio de uma minoria da população.

[...]. As histórias narradas, que posteriormente estariam em posse do mundo erudito porque seriam escritas, deixando de pertencer à cultura ágrafa, eram aprendidas pela oralidade, contadas por narradores durante as tardes e noites nas fazendas, nas povoações, nos serões. (BITTENCOURT, 2008, p. 71-72)

Se no início do século XX a problemática relacionada ao ensino de História era questionar a diferença entre o que era conteúdo religioso e o que viria a ser conteúdo científico, dentro da abordagem historiográfica, e entender a importância do processo de memorização quando se considera o ensino e a aprendizagem, o século XX vai inaugurar outras problemáticas, algumas voltadas para as questões ideológicas, observadas (ou não), na prática do professor. Outra problemática relaciona-se ao papel que a disciplina de História adquire em um mundo recheado de negações de acontecimentos históricos, revisionismos de fatos, enxurradas de fake news.⁴ Uma questão melindrosa, já do final do século XX e início do XXI, particularmente no caso do Brasil, é a politização dentro do ambiente escolar, que colocou, de um lado, os professores, e de outro uma parcela significativa da sociedade brasileira, denunciadora de uma suposta doutrinação ideológica dentro das escolas, em todos os níveis da educação. Na contemporaneidade, o desafio é dialogar com

⁴ As fake news, ou notícias falsas, são um grande empecilho para o ensino de História na contemporaneidade uma vez que esse tipo de notícia não tem um embasamento teórico científico, ficando no campo do achismo generalizante.

esses discursos que tentam desprestigiar o papel do professor, ressignificar o papel da História como disciplina escolar em um mundo onde se disputa cada vez mais espaço com outras mídias vinculadoras de conhecimento (YouTube, Facebook, Instagram etc.). É cada vez mais dar espaço à “História Profana”, no sentido de superar seu pressuposto original, o estudo das “grandes” personagens da História, mas inserir no centro do ensino o diálogo, o respeito às diversidades e aos direitos humanos, de acordo com a BNCC.

3. Ensino de História e questões políticas recentes

Muitas e acirradas foram as discussões sobre o ensino de História e o papel do professor, especialmente nos debates que antecederam as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Colocou-se em destaque nessas discussões qual a proposta de ensino nas aulas de história em relação aos conteúdos e ao próprio método de se ensinar a disciplina. Mas, afinal, qual a importância de se estudar história atualmente? Qual o papel que os estudos históricos exercem na sala de aula? E o professor de história, é doutrinador, como alguns afirmam? Essas questões serão discutidas neste estudo, para problematizar o lugar do ensino de história nos tempos contemporâneos.

O Brasil vive um momento emblemático em sua recente trajetória política e social. Mesmo antes das eleições presidenciais de 2018, nos idos do ano de 2016, uma parcela significativa da sociedade vinha clamando por mudanças, especialmente nas áreas políticas e sociais. As manifestações em 2016 foram uma continuação do movimento iniciado em 2013, contrário ao aumento das passagens de ônibus em São Paulo e que terminou se transformando em grandes e por muitas vezes agressivas passeatas em prol da luta contra a corrupção.

Essa ofensiva vem crescendo desde 2013 quando a direita disputou a direção das manifestações de julho de 2013 e, com o apoio da grande mídia, conseguiu neutralizar a visibilidade da pauta pela implantação de políticas sociais e colocou em seu lugar a bandeira de combate a corrupção, segundo a pesquisa de Ilse Gomes Silva intitulada *A Agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil*. Devido à ascensão de uma ala mais conservadora nos movimentos sociais de 2013, de

ideologia de direita, não foi por acaso que, na visão de Silva, três anos depois, em 2016 ocorresse o golpe da direita conservadora no Brasil, aliada a essa parcela da sociedade insatisfeita com quase 16 anos de governo petista⁵. Observando com mais cuidado para esses anos turbulentos, de massivas manifestações de rua contra o governo federal e em prol de uma moralidade e luta contra a corrupção, pode-se perceber que os anseios por mudanças começaram a extrapolar a esfera política e social, chegando também a propostas de mudança no âmbito da educação.

A educação nunca deixou de ser um tema melindroso e urgente nos debates políticos, sociais e acadêmicos. A educação no Brasil, que por muito tempo era voltada única e exclusivamente para formar uma elite branca, masculina, como aponta Durval Muniz em seu artigo: *Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade*. Essa afirmação contida no artigo citado contradiz a própria idealização da escola, pois esta foi uma instituição criada na modernidade, cujo objetivo era formar o cidadão burguês, dando a ele princípios, fundamentados na razão, para “torná-lo um ser livre, dono de si mesmo, consciente de si, da natureza e da sociedade que o cercava” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 3). A escola, a partir de sua criação no Brasil, não foi pensada para abarcar o todo da população ou pelo menos parte da parcela iletrada. Pelo contrário, ela foi pensada para promover a escolarização da elite brasileira, formar o cidadão branco, abastado e consciente de seu papel na formação da nação.

Elas [as concepções de História] estavam pautadas na compreensão dos “grandes acontecimentos” e voltadas para o fortalecimento dos “sentimentos de civismo e direitos e deveres das novas gerações para com a pátria e a humanidade”. Programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela ideia de construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito de patriotismo e da participação consciente, segundo

⁵ O golpe citado ocorreu no governo da presidente Dilma Rousseff e contou com a participação de vários congressistas, que se aproveitaram do clima de insatisfação nas ruas contra o governo petista para tirar do cargo a então presidente.

a pesquisadora Thais Nívia de Lima Fonseca em seu trabalho História & Ensino de História.

Com as reformas no sistema educacional nos anos 30 e 40 do século XX, a História começou a ocupar o centro das atenções em relação a uma narrativa de formação da unidade nacional, tornando-se efetivamente uma disciplina escolar. As duas reformas desse período foram a Reforma Francisco Campos (1931), que inseriu o estudo da História como instrumento da educação política; e a Reforma Gustavo Capanema (1942), que “restabeleceu a História do Brasil como disciplina autônoma e confirmou como seu objeto fundamental a formação moral e patriótica” (FONSECA, 2011, p. 53). Nesse sentido, após essas duas reformas, a História ganhou espaço significativo na grade curricular de ensino escolar como disciplina fundamental na consolidação da História Nacional, com seus heróis e marcos históricos destacados.

Desse modo, o debate sobre os rumos que a educação tomaria no Brasil não são recentes, porém pode-se presumir, através da observação de documentos como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, 1996), que esses debates se tornaram mais contundentes a partir dos governos FHC, nos anos 1990 e principalmente nos governos petistas nos anos 2000. Diante desse aspecto, faz-se necessário uma breve explanação de alguns planos e leis voltados à educação em quase 30 anos no Brasil. Um dos planos foi a elaboração de currículos escolares democratizantes, tendo como base a Constituição de 1988. Democratizante no sentido de inclusão, seja da história indígena, seja da inclusão de temas voltados para o estudo da África e seus povos, em um claro esforço de se conceber uma escola plural e de respeito às diferenças. A própria criação da LDB foi “atrelada ao Plano Decenal de Educação, em consonância com o que determina a Constituição Federal de 1988” (ZANLORENSE, 2013, p. 4). Para entrar na era da modernidade capitalista, ainda no governo FHC, foi elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), referenciais e orientações pedagógicas para os profissionais docentes da educação.

Nos anos 2000 justamente e não coincidentemente notou-se uma valorização da educação no sentido de o acesso ser mais democrático e interiorizado.

As escolas começaram a ser mais bem equipadas; houve a interiorização da educação superior, com a inauguração de vários institutos federais e núcleos universitários fora do eixo das capitais. O acesso ao ensino ampliou-se, tanto por meio das tão polêmicas cotas para ensino superior, quanto a maior quantidade de ofertas de vagas na educação básica e profissionalizante.

Mesmo com esse crescimento e a valorização da educação pelo governo federal a partir de grandes contribuições nos anos 90 no governo FHC e no governo petista nos anos 2000, as críticas ao sistema educacional brasileiro se intensificaram na década de 2010, motivadas provavelmente pelo crescimento do conservadorismo e da extrema direita na esfera governamental, resvalando nos debates educacionais, com mais expressividade na segunda metade dos anos 2010.

4. Ensinar História na contemporaneidade: desafios

Portanto, voltamos às indagações que motivaram este estudo: qual a importância de se estudar história na contemporaneidade? A importância dada aos estudos históricos, com ênfase na atual conjuntura política do Brasil, deve-se pela compreensão desse momento, não apenas na esfera de entendimento da realidade que nos rodeia, mas analisar os motivos que levam tantos a criticar a disciplina de história, seus métodos e conteúdo. Atualmente, ensinar história vai além da mera exposição do assunto formal. E, diante de tantas adversidades, ensinar e aprender história está se tornando um campo de reflexão da própria sociedade em que o sujeito que ensina (o professor) e o sujeito que aprende (o aluno) estão inseridos. É uma reflexão da importância da história como disciplina e como este estudo pode influenciar a forma como os alunos, estudantes, professores e demais sujeitos, enxergam o seu meio, e como as mudanças exteriores, a exemplo a mudança política que vivenciamos, interfere nos rumos da compreensão da História como disciplina. A educadora Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro exemplifica com bastante clareza essa questão por meio do comentário a seguir:

Em nossas pesquisas e atividades temos defendido que o ensino de história é lugar de afirmação de princípios democráticos e de liberdade de expressão e no qual

é possível contribuir para a compreensão da historicidade da vida social, a partir de contribuições da História que, como nos ensinou Marc Bloch, é a “ciência dos homens no tempo.” (MONTEIRO, 2014, p. 3). Nesse sentido, ensinar História é abrir inúmeras possibilidades de conhecimento e respeito às nossas diferenças e àquilo que nos identifica como formadores da sociedade em que vivemos. A sala de aula é e deveria ser o local de afirmação dos tão estimados e valorizados princípios democráticos, dos quais podem-se destacar: liberdade de expressão, de pensamento, de respeito às diferenças, ao ambiente saudável de ensino, onde todos sejam valorizados dentro de suas especificidades.

Infelizmente a maioria dos debates em torno de ensino e aprendizagem de História pouco ou nada falam sobre os meios pelos quais alunos e professores realizam suas atividades em sala de aula, “como os professores ensinam e como os alunos aprendem” (BRUNER, 2001, p. 90). Esses debates direcionam para o conteúdo da disciplina, como ela está sendo ensinada e raramente as discussões se voltam para o método, o *como* ensinar, pois muitos estudiosos acreditam que o professor já saiu do curso de licenciatura apto a lecionar, dominando os métodos, as ferramentas, as metodologias, uma vez que muitos saem do curso com o conhecimento teórico da disciplina, o que não é suficiente quando se pensa em ambiente de sala de aula pois “o domínio dos conhecimentos históricos a ensinar pelo professor não é condição suficiente para garantir a aprendizagem dos alunos” (CAIMI, 2006, p. 21). Por isso, a importância da formação continuada de professores deve ser um assunto constante em debates sobre ensino de História, não apenas no sentido de “atualizar” o professor sobre as novas ferramentas de ensino, mas também para ouvi-lo em seus anseios, dificuldades, suas propostas para uma aprendizagem de qualidade, ou seja, colocar o profissional da educação no centro dos debates, pois o professor tem muito o que dizer, só resta ter quem o ouça.

A formação continuada de professores é o meio encontrado para buscar e formar professores reflexivos, que estejam comprometidos em seu ofício em uma educação para além da simples leitura de textos em sala de aula, ou aquela explicação oral, metódica, que exige o máximo de silêncio e atenção dos alunos. Não que esses

métodos estejam totalmente ultrapassados, porém o professor deveria perceber que esses métodos são característicos das escolas do século XX, originários do século XIX ou antes, mas os alunos hoje estão quase que por completo imersos no século XXI. Essa situação não deixa de ser contraditória dentro das escolas no sentido de aliar métodos de séculos passados à nossa realidade atual. E os alunos percebem essa contradição, sendo um dos motivos de desatenção nas aulas, falta de compromisso com as atividades propostas, apatia, reclamações que estamos acostumados a ouvir no ambiente escolar. No entanto, o ônus da situação não deveria ser polarizado entre alunos e professores, pois existe a percepção de que a problemática está ou no aluno desinteressado ou no professor que não se atualiza em novas ferramentas de ensino. Uma solução possível seria aliar os anseios do aluno ao posicionamento do professor reflexivo, que enxerga o ato de ensinar muito além do simples papel de “empurrar” conteúdos.

Entende-se, [...], que um professor reflexivo seja capaz de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar; de mobilizar conhecimentos, recursos e procedimentos para a sua superação; de avaliar a adequação das suas escolhas e, finalmente, de reorientar a ação para intervenções mais qualificadas no processo de aprendizagem dos alunos. (CAIMI, 2006, p. 28)

Diante das reflexões até o presente momento, chegamos a outro questionamento abordado na introdução deste estudo: qual o papel que os estudos históricos exercem na sala de aula? Atrelada a essa indagação surge também o questionamento de o porquê se perceber com mais facilidade atualmente uma maior dificuldade dos alunos em aprender História. A pesquisadora Flávia Eloisa Caimi comenta que são muitas as explicações para esse desinteresse em relação aos estudos históricos por parte do alunado. Por um lado, ela argumenta que os professores “reclamam de alunos passivos para o conhecimento, sem curiosidade, sem interesse, desatentos, que desafiam sua autoridade, sendo zombeteiros e irreverentes” (CAIMI, 2006, p. 2). A pesquisadora analisa, ainda, os argumentos dos alunos, que esperam um ensino mais significativo, articulado com a experiência cotidiana deles. No meio desse embate entre as queixas dos professores e os anseios dos alunos percebe-se uma questão relevante: a formação dos professores, ou a falta dela em muitos casos. Formar bem o profissional de ensino, no caso, o de História, é fundamental na busca

por uma melhoria em relação à qualidade da educação. Professores que saibam ou procuram saber qual a melhor estratégia para comunicar e dialogar com os alunos e organizar os conteúdos para um aprendizado contextualizado, passando de simples reprodutores de conteúdo a sujeitos que fomentem a reflexão e a criticidade de sua prática (CERQUEIRA, 2014). Essa ação é uma das muitas que ajudariam no processo de formação do professor.

Retomando ao questionamento sobre o papel que os estudos históricos exercem em sala de aula, alguns estudiosos afirmam que esse papel seria a reflexão e a crítica da sociedade, em um sentido em que professores e alunos são protagonistas do processo de ensinar e aprender. A ideia tradicional de aprendizagem centrada no professor, conteudista, não podendo ser questionado em seu sacro ofício, em via de regra, está prestes a cair em desuso. Cada vez mais se percebe a importância da participação efetiva do aluno na produção do conhecimento. O professor ainda detém o conhecimento acadêmico, porém, a interface desse saber aliada ao cabedal de possibilidades vindas do alunado deve e pode ser considerada para um melhor enriquecimento da aula. Ensinar sobre a linha do tempo histórico, por exemplo, através da linha do tempo de vida do aluno instiga e estimula, pois este passa a se sentir parte do processo educacional.

Um outro olhar sobre ensino e sala de aula perpassa a noção de aula como texto e o professor como pesquisador no sentido de perceber a aula como uma produção histórica. De modo categórico, afirmamos ainda uma vez que, por meio de uma aula, também se faz história: que, ao se contar uma história por meio de uma aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula, também nos tornamos professores de história. (MATOS, 2006, p. 11)

Essa postura de enxergar a aula como texto é uma tentativa de se valorizar o profissional que está no “chão da escola”, que muitas vezes se sente inferiorizado, por estar longe de um ambiente acadêmico, porém o estudioso Ilmar Matos fomenta a concepção de *Aula como texto* e os professores educadores fazem história, por meio de suas aulas. Essa ideia é importante porque sublinha que o ensino é bem mais complexo, perpassando a noção de aula como sendo um refluxo de conteúdo dado pelo professor e o aluno como simples receptáculo dessa metodologia. Educar é buscar meios para se aprender pois “ensinar não é função vital, porque não tem fim

em si mesma, a função vital é aprender” (MATOS, 2006, p. 14). E por meio dessa noção de aula como texto e da constatação de que a função da aula de História é fomentar o diálogo, a reflexão e o debate, chegamos à noção da importância do ensino de História para se formar pessoas reflexivas, críticas e com a percepção de sua contribuição na sociedade em que vive.

No entanto, esse pensamento, que enxerga a aula de História como reflexão da sociedade, deixa de ser observado pelos idealizadores do movimento Escola sem Partido. Pelo contrário, esse movimento vê na História ensinada em forma de reflexão uma variante da chamada “História Profana”, acusada de ensinar heresias e, portanto, ser doutrinadora. Esse fenômeno tem tecido duras críticas ao ensino, e, propositalmente, à disciplina de História e ao seu agente, o professor. O movimento propõe que o papel do professor não é educar, mas instruir, transmitir o conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno, proposta essa que dialoga perfeitamente com a concepção de “História Sagrada”, em que o ensino de história seria basicamente mostrar os feitos dos grandes personagens e fazer o aluno memorizá-los.

As ideias da escola sem partido foram expostas na palestra: O Escola sem Partido como Chave de Leitura do Fenômeno Educacional, proferida pelo professor e pesquisador Fernando de Araújo Penna. Para o pesquisador, esse movimento faz um desserviço à educação e coloca na berlinda o professor, que se vê diante de duras críticas e cobrado por sua postura e/ou prática em sala de aula, pois para o Escola sem Partido a educação seria uma mercadoria, com selo de qualidade, e essa premissa seria justificada através da neutralidade do professor. Quanto mais neutro o professor ser, mais qualidade o ensino terá, pois “nenhum pai é obrigado a confiar no professor” (PENNA, 2017, p.5). Essa passagem da fala do autor serve para exemplificar e ao mesmo tempo criticar a ideia de que o professor é um profissional que deve estar constantemente sendo vigiado, até pelos pais dos alunos, em um suposto controle de qualidade da educação.

A educação deve ser de qualidade, todos estão de acordo com essa premissa, porém o que não se pode conceber é vincular a qualidade na educação à postura do professor em sala de aula (ou fora dela). Qualidade no ensino é bem mais complexo que o simples ato de vigiar o que o professor ensina ou deixa de ensinar em sala de aula. É atrelar a educação a políticas públicas sérias, voltadas à melhoria do ambiente escolar, valorização do professor, não apenas salarial, mas também motivacional, pensar novos métodos e meios de se chegar a uma aprendizagem satisfatória. Enfim, são variados os fatores que tornariam de qualidade o ensino e a aprendizagem.

Esse paradigma de se buscar cada vez mais uma neutralidade por parte do professor associa-se à ideia de crescimento econômico de um país, onde se persegue um ensino mais tecnicista, informal, tradicional, repetitivo, pois esse tipo de ensino promoveria também um crescimento econômico. Porém a estudiosa Martha Nussbaum tece severas críticas a esse pensamento de educação atrelado ao crescimento econômico, pois ela percebe uma desvalorização das ciências humanas nesse paradigma ao verificar que os educadores apoiadores do crescimento econômico pedem a retirada das humanidades e das artes no ensino fundamental (NUSSBAUN, 2015). Só o simples fato de se pensar em retirar as ciências humanas da educação fundamental já demonstra o quanto as humanidades estão sofrendo um processo cada vez mais notório de desvalorização em relação às ditas ciências “duras”, porque estas podem ser medidas, experimentadas, mensuradas e as humanas ficariam no campo da especulação. Em contrapartida, Bruner (2001) argumenta que as ciências humanas (estudos sociais, história e literatura) são as matérias mais próximas da vivência de todos nós, elas são o “Presente, o Passado e o Possível humanos” (BRUNER, 2001, p.90), por isso, inconcebível pensar uma educação básica sem elas.

Criticar pura e simplesmente a prática do professor em sala de aula, até mesmo questionar suas crenças e valores, não é o caminho para se buscar uma melhoria significativa na educação. Existem profissionais da área da educação que são insuficientes em relação ao compromisso com o seu papel como educar, porém toda uma categoria não pode ser colocada no cerne da problemática educacional devido a

alguns maus profissionais que fazem parte do quadro de ensino. Uma das possíveis soluções para essa problemática na sala de aula seria a formação continuada e adequada do professor, como citado neste estudo.

Nesse aspecto, mais e variadas são as críticas voltadas notoriamente ao ensino de História e como ele é ministrado. Os professores de história foram acusados, com mais ênfase após o golpe em 2016, de uma suposta doutrinação no ambiente de sala de aula, por estarem direcionando seus alunos num viés esquerdista/marxista. Segundo Penna (2017) acusar o professor de uma suposta doutrinação seria um dos passos para a desqualificação do profissional da educação e por consequência, do próprio ensino. Essa desqualificação serviria para interiorizar no senso comum o papel danoso que certos professores exerceriam em seus alunos. Assim, ficaria mais fácil implantar a visão de uma escola de mercado, em que a mercadoria seria os conteúdos, obrigatoriamente ensinados seguindo uma cronologia proposta pelas secretarias de educação, e passíveis de verificação de como estão sendo ensinados. Essa concepção tiraria quase que por completo a autonomia do professor no espaço escolar.

Considerações finais

Portanto, a proposta de discussão deste estudo direciona para a reflexão sobre o papel e a atuação do professor de História, aliada à problematização da disciplina na contemporaneidade. O desafio é grande devido às críticas direcionadas ao método de se ensinar a disciplina. Cabe ao professor/historiador trazer essa discussão sobre o ensino de história na atualidade para a sala de aula, em forma de diálogo com os alunos, para juntos, entenderem que estudar História, a nossa História inclusive, é essencial para se refletir sobre a atual conjuntura em que se vive, social, política e educacional, além de serem os estudos históricos uma importante ferramenta de investigação dos mecanismos que formam a sociedade. E, sobretudo, perceber que importantes propostas de modificação desse ensino estão sendo pensadas e colocadas em prática, especialmente após a implementação da

Constituição de 1988, que visa uma escola em um ambiente de pluralidade de ideias, valores e respeito às diferenças, em suas múltiplas matizes.

Faz-se mais que necessária a problematização das discussões em torno da disciplina, não para depreciá-la e sim para entender que a História ajuda a formar a criticidade em relação à sociedade em que se está inserido, não apenas os alunos, mas o professor também. Além de o professor conseguir driblar esse discurso de críticas negativas ao seu ofício, precisa tentar transformar o conhecimento histórico em prático e prazeroso, pois “educar não é natural, é histórico [...]”. O aluno necessita ter orgulho de sua condição humana. E um bom mestre poderá ajudá-lo a encontrar bons motivos para tanto” (PINSKY, 2013, p. 154). Educar para a vida, ser um bom mestre, entender a especificidade de seu ofício; essas são algumas das atribuições contidas na nobre arte de ensinar e o professor é o artesão nesse processo no sentido de misturar, juntar, moldar várias estratégias para tornar o ambiente da sala de aula satisfatório, instrutivo e acolhedor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade.** 2011. Disponível em: <http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>. Acesso: 14 out. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRUNER, Jerome. **A cultura da Educação.** Porto Alegre: Artimed Editora, 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ng5vPksgkCHSvWYmZsnh5t/abstract/?lang=pt> 2006. Acesso em: 11 nov. 2020.

CERQUEIRA, Patrícia dos Santos. **Entre lugares: aprender a ensinar História na complexidade contemporânea.** 2014. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371299913_ARQUIVO_Te_xtoCompleto.pdf Acesso em: 21 out. 2020.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MATOS, Ilmar Rohloff. “**Mas não somente assim!**” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/gN3CCtpfxGm6dBgPb8JkKtp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 nov. 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Pesquisa em Ensino de História: desafios no tempo presente**. 2014. Disponível em <<https://hmagazine.com.br/pesquisa-em-ensino-de-historia-desafios-no-tempo-presente/>>. Acesso em: 2 out. 2020.

NUSSBAUN, Martha. **Sem fins lucrativos: porque a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem partido como chave do fenômeno educacional. In. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Org. FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro. UFRJ, LPP, 2017. 144 p.

PINSKY, Jaime **Por que gostamos de História**. São Paulo: Contexto, 2013.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997-1998.

SILVA, Ilse Gomes. **A Agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31853>. Acesso em outubro de 2020.

STEPHANOU, Maria. **Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

ZANLORENSE, Maria Josélia. **Uma análise histórica sobre a elaboração e divulgação dos PCN no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://psicod.org/o-contexto-de-elaboraco-e-divulgaco-dos-pcn-no-brasil.html> Acesso em: 15 set. 2020.